



ELIS MICHELE ROMUALDO PULHEZ

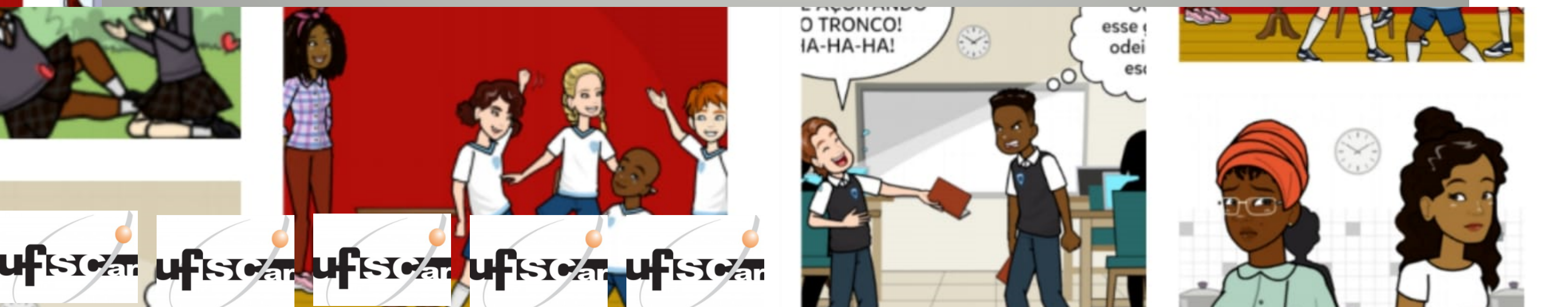
NA INTIMIDADE DO AMBIENTE ESCOLAR:

tirinhas para se sentir...

PRODUTO EDUCACIONAL



Orientado por Maria do Carmo de Sousa




Sumário

Prefácio	3
Apresentação	6
Tirinhas para se sentir	10
Sem interrupções: carta aberta de professoras negras da educação básica	13
Síntese das narrativas	28
Movimento negro educador	32
Considerações finais	40
Referências	49

Prefácio

O meu ponto de partida para a ressignificação dos traumas causados pelo racismo, ocorreu quando fui convidada a escrever um capítulo no livro *Mulheres Negras Professoras de Educação Física*, que traz um debate identitário, político e estético-corpóreo a respeito da relação entre raça, representação, educação e educação física. De lá pra cá tenho buscado aprofundar na minha auto identificação e reconstrução da minha negritude.


Em 2022 falei pela primeira vez sobre educação antirracista para os professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro. E entre os professores interessados em discutir e construir ações eficazes, estava Elis Michele Romualdo Pulhez com escuta e participação interativa no que concerne às questões discutidas naquele curso. Lembro que na ocasião relatei que os professores ali presentes já estavam um passo à frente para disseminar uma educação plurirracial e multicultural, valorizando todas as diferenças étnicas.



O que eu não podia imaginar na época é que em tão pouco tempo, a Elis não apenas plantou uma semente, como elaborou um produto para que outros pares possam também tomar as rédeas e se posicionar na linha de frente do combate ao racismo.

Ler *Na Intimidade do Ambiente Escolar: tirinhas para se sentir*, me deu uma satisfação imensa, uma alegria e um orgulho que me impulsiona a vencer os desafios de dor enfrentados pela população negra, pesquisando e me envolvendo cada dia mais nessa luta.

Trazer o diálogo da educação para as relações étnico-raciais em forma de tirinhas, com narrativas retiradas das vivências das professoras negras dentro do ambiente escolar, é, com certeza, um facilitador para a sobrevivência de identidades raciais e culturais, ao mesmo tempo que induz a busca de um caminho para o desenvolvimento de ações antirracistas. É urgente falar, conhecer, ilustrar e dar espaço para que essas publicações possam emergir dentro da escola, amenizando os



os efeitos do racismo estrutural. O roteiro pedagógico aqui proposto exerce muito bem este papel e aponta para uma ação positiva na promoção das relações saudáveis na educação básica.

Como pontua o filósofo e escritor Renato Nogueira “...o importante é esperar numa prática antirracista”, para isto é necessário que todos se comprometam. Elis faz esse convite a você professor/a.

Ana Clara de Souza Paiva

Professora da Rede Municipal de Ensino de Rio Claro

Em aperfeiçoamento do letramento racial

Apresentação

Fruto da análise e sistematização das narrativas de professoras negras da educação básica, o produto educacional buscou didatizar problemáticas vivenciadas acerca das relações étnico-raciais, utilizando-se do recurso textual “tirinhas” para tal feito. Os caminhos percorridos para a confecção deste produto se deram através da concretude da dissertação intitulada: Narrativas de professoras negras na intimidade do ambiente escolar: desdobramentos da lei 10.639/03 em torno do saber docente, também orientada pela professora Dra. Maria do Carmo de Sousa.

Ao pensarmos em recursos pedagógicos, mais especificamente como um roteiro introdutório, é possível que as tirinhas facilitem futuros diálogos e formações em serviço em torno da lei 10.639/03 e da educação antirracista.

Para a confecção das tirinhas a pesquisadora recorreu à ferramenta online Pixton que permite a seu operador uma grande variedade de cenários, objetos e personagens.

O recurso possibilitou uma riqueza de detalhes para além da valorização estética do trabalho, que de forma simbólica, buscou com a junção dos gêneros texto e imagem facilitar a compreensão das reflexões trazidas pelas narrativas, minimizando fenômenos que possam causar interrupções e o silenciar do corpo negro representado nesta pesquisa por professoras negras da educação básica. Vale ressaltar que a lei tratada na pesquisa, e agora neste produto educacional, este ano completa 20 anos de sua sanção. Emergiu de insistentes manifestações lideradas, principalmente, por movimentos sociais negros, tornando uma realidade no Brasil a obrigatoriedade do ensino da história e culturas africana e afro-brasileira, contemplando todas as instituições de educação básica.



Fonte: a autora

O produto educacional



Fonte: a autora

Em si, ele se apresenta como um roteiro pedagógico. Tem o intuito de introduzir diálogos acerca da educação para as relações étnico-raciais (ERER) no ambiente escolar, por intermédio de narrativas de professoras negras.

As discussões acerca das narrativas partem da hipótese de que subjetividades, tais como o lugar de fala e as experiências vivenciadas em ambientes escolares, podem estabelecer conexões entre a lei 10.639/03 e possíveis desdobramentos da lei em torno do saber docente.

Tudo envolto às dinâmicas e a intimidade do ambiente escolar, que por muitas vezes ignora, descredibiliza e silencia determinadas vozes.

Nessa perspectiva, se faz necessário um olhar atento às influências opressoras que muitas vezes normativas de instituições educacionais podem carregar ao se relacionar com esses corpos negros. Se fazendo ainda mais necessário, são os diálogos que possibilitem olhares mais sensíveis aos propósitos da lei 10.369/03, de modo a resgatar a riqueza e a beleza da história negra numa perspectiva positiva, sofisticada e potente, desconhecida por muitos, em sobreposição ao autoritarismo naturalizado por civilizações brancas eurocêntricas. De acordo com Sousa (2019, p.148),

Neste aspecto de luta e reflexão, estamos realizando a tentativa sonhadora de conscientização das pessoas, estamos falando de transição da consciência ingênua para a consciência crítica, fator que poderá fornecer subsídios para que seja possível realizar a leitura de mundo de forma ampla.

TIRINHAS PARA SE SENTIR...

As ilustrações a seguir não pretendem criar um sentimento de culpa nas pessoas brancas, tão pouco constranger meus colegas educadores. Desejam acender o sentimento de responsabilidade, propondo reflexões acerca do fato de que assim como o negro discriminado é vítima da engrenagem colonial, a pessoa que reproduz o comportamento racista não nasceu assim.

NA INTIMIDADE DO AMBIENTE ESCOLAR

Recém-chegada, a professora Mariana preparou uma bela apresentação de dança para sua nova turminha. Durante os ensaios, Mariana notou excelente desenvoltura e carisma em Jamal, um aluno negro e gordinho da turma.



Estou muito emocionada. Meu filho nunca havia se apresentado na frente. Obrigada professora.

Jamal é muito talentoso.



Angela era uma menininha preta, meiga e “quietinha” da Educação Infantil. Durante o ano todo, Angela tenta brincar e segurar a mão de uma amiguinha da turma que sempre recusava suas tentativas de aproximação...

Para a tristeza de Angela, o ano letivo foi passando e sua coleguinha continuava irreduzível. SEM UMA INTERVENÇÃO ADEQUADA POR PARTE DA PROFESSORA ABIGAIL, é possível que a mesma não tenha conseguido notar o ocorrido, ou simplesmente não o julgou relevante, afinal, o dia-a-dia com os pequenos era muito atarefado.

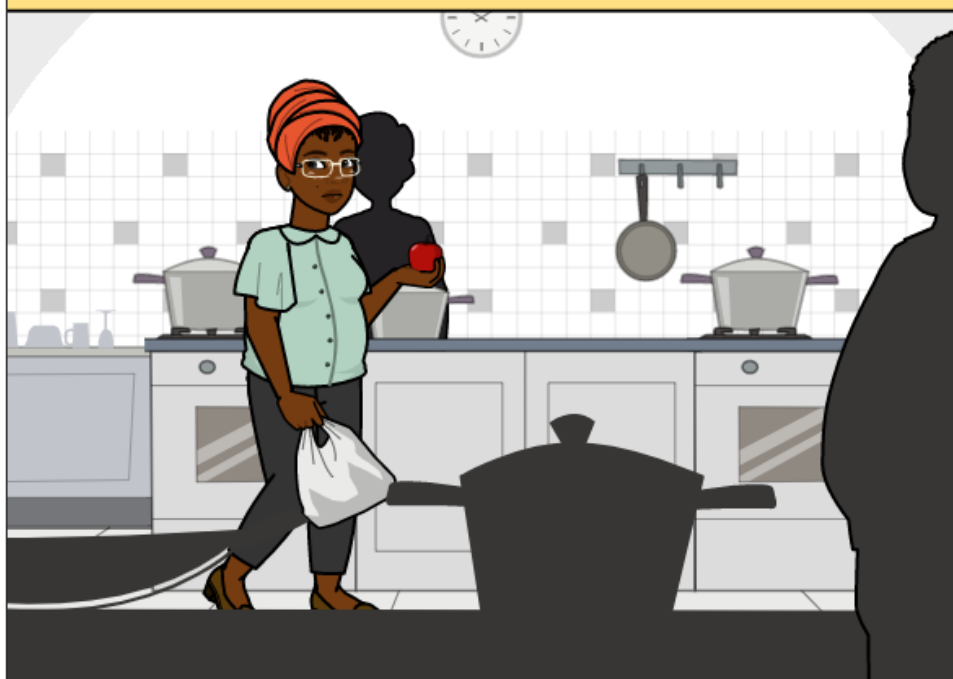
E NO ÚLTIMO DIA DE AULA DAQUELE MESMO ANO...

MUITO CURIOSO!!!! Não me lembro de vê-las brincando juntas antes?!

VAMOS TURMINHA! De volta para a sala!



Todos os dias, no horário do café dos professores, Lídia, professora recém-chegada, sempre preferiu lanchar na cozinha, diferente dos demais professores que utilizavam a copa. O intervalo das aulas era um momento de descontração e confraternização entre os professores...



BUSCANDO ENTENDER O REAL MOTIVO PARA AQUELA ATITUDE, DECIDI IR À COZINHA FALAR COM LÍDIA...



Naquela manhã, Lídia me revelou que alguns professores da escola viviam caçoando de sua aparência. Comparavam-na a "tia Anastácia", personagem de Monteiro Lobato, por sua negritude e seus lenços na cabeça. NO DIA SEGUINTE À NOSSA CONVERSA, LÍDIA DESISTIU DE SUAS AULAS. Aquela foi a primeira e última vez que nos falamos!



Estudantes do 9º ano do ensino fundamental, visitam à biblioteca da escola. Enzo, ao folhear o livro de história, se depara com a violenta imagem de um homem negro sendo açoitado no tronco.



ORIUNDOS DE UMA ANCESTRALIDADE POTENTE, DE UMA CULTURA RICA E IGNORADA, o negro vem se reinventando, sobrevivendo e criando recursos para suportar o desprezo e a desqualificação sofrida EM SEU CORPO.

Muito comum na escola, o RACISMO RECREATIVO propaga discriminação a alguns grupos raciais, colocando-os em condições depreciativas e de subalternização. Um tipo de "HUMOR" que demonstra que o racismo não tem relevância social.



Educar para as RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS prevê ações contínuas e sistematizadas de VALORIZAÇÃO DA NEGRITUDE, oportunizando uma ESCUTA SEGURA para que o estudante negro não se sinta temeroso ao DENUNCIAR O RACISMO.



"[...] AO COMPARTILHAR AS CONTRADIÇÕES EM NOSSAS VIDAS, AJUDAMOS UMAS ÀS OUTRAS A APRENDER COMO LIDAR COM AS CONTRADIÇÕES COMO PARTE DO PROCESSO DE SE TORNAR UMA PENSADORA CRÍTICA, UMA SUJEITA RADICAL" (HOOKS, 2019, P. 104).

Contextualizando

A pesquisa a qual este produto foi inspirado, se fundou em analisar narrativas de cinco professoras negras da educação básica, que de alguma maneira integraram um mesmo coletivo negro da cidade de Rio Claro, interior de São Paulo.

As narrativas trazem riqueza de fatos e sentimentos de trajetórias que experimentaram a opressão em seus mais diversos cenários da vida escolar, incluindo olhares atentos e potentes que ilustram o racismo a ser combatido na sociedade com a contribuição da lei 10.639/03. Desse modo, os conteúdos identificados nas narrativas apresentam, como resultado da pesquisa, questões determinantes para o entendimento da importância da aplicabilidade da lei como identificação do racismo estrutural no ambiente escolar, representatividade da cultura negra, importância das relações étnico-raciais e as desconstruções dos padrões sociais atuais, entre outras questões almeçadas com o advento da lei 10.639/03. Questões estas que exemplificam a necessidade de leis voltadas ao tema

em voga, fazendo com que estes conteúdos se tornem balizadores na formação e desenvolvimento do ser humano.

Sem interrupções

Carta aberta de **professoras negras** da **educação básica**

A demanda profissional de um docente é corriqueiramente reconhecida por seu ritmo frenético e atarefado. É possível que esse cenário, de turbulências, burocracias e hegemonias, contido no ambiente escolar, seja mais um dos responsáveis em tornar o docente negro tão invisibilizado e silente diante de antagonismos das relações étnico-raciais.

Nascimento (2019) nos fala a questão do silenciar do negro como um meio estratégico de sobrevivência e permanência.

A cultura negra no Brasil se mantém em grande parte, devido à sua possibilidade de se **disfarçar e calar**. Queremos dizer com isso que a cultura negra pôde sobreviver, escapar ao extermínio (o mesmo de que foram vítimas, fisicamente, os malês da primeira metade do século XIX), porque se **guardou no recesso das comunidades religiosas** (os terreiros), disfarçando-se quando queria, silenciando quando devia. **A história da cultura afro-brasileira é principalmente a história de seu silêncio**, das circunstâncias de sua repressão (NASCIMENTO, 2019, p. 127, grifo da autora).

A fim de reduzirmos os impactos desse silenciar-se, iniciaremos nosso diálogo através da transcrição na íntegra da narrativa e trajetória da professora Mariana*, que contribui com a pesquisa por meio de saberes compostos por memórias de sua prática docente na educação infantil.

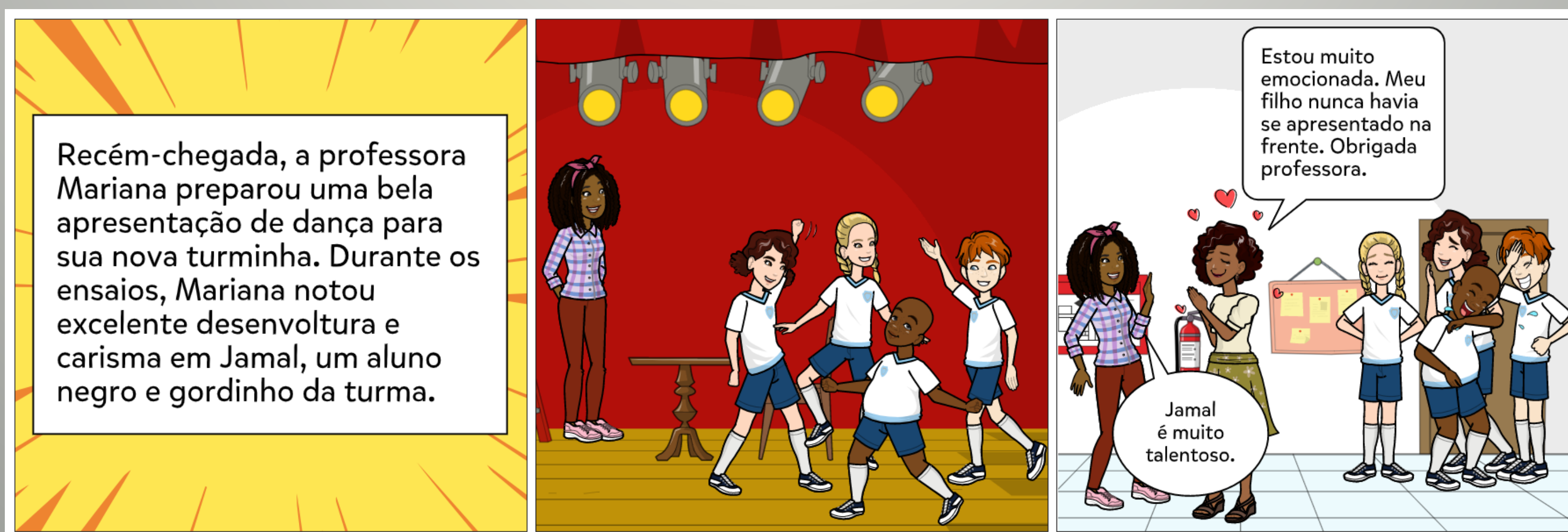
Por meio da gravação de um áudio, a professora Mariana resgata em sua narrativa aspectos de sua experiência profissional voltados para a educação infantil.

* A identidade de todas as participantes foi preservada.

Com aproximadamente 10 anos dedicados à educação, a professora Mariana, aos 30 anos, resgata fatos ocorridos do início de sua carreira na educação infantil, passando pelas funções de agente educacional e docente.

Além de uma perspectiva da educação formal, a participante que se autodeclara parda, proporciona a pesquisa reflexões acerca de sua experiência na posição de mãe de uma criança branca, fruto de um relacionamento multirracial.

Neste relato, Mariana nos conta um pouco do início de sua trajetória docente, na qual se deparou com um relato de uma mãe de criança preta emocionada ao ver seu filho pela primeira vez ocupando um lugar de destaque no ambiente escolar.




Narrativa Oral 1 | Áudio da professora Mariana: eu queria contribuir sim, vendo a questão voltada para a educação infantil. Sabe por que Elis? A gente quando para pra pensar em entretenimento mesmo, a gente esbarra muito na questão. Vamos supor, apresentações escolares. Quando tem o teatro, quando tem uma dança, tem alguma coisa com um núcleo principal, um personagem principal, sabe? O dançarino principal daquela dança, as professoras param pensar que os alunos negros nunca são escolhidos? Aí a gente entra já naquela justificativa: ah, mas talvez ele não é o mais desenvolvido da sala. Acho que aí você vai esbarrar em coisas como essa. É uma coisa tão enraizada que não se percebe. As próprias professoras não percebem.

Estou trazendo essa reflexão para você, porque logo que eu me efetivei como professora em 2018, efetivei aqui na [ESCOLA 1], eu fui cobrir uma licença na [ESCOLA 2] que é a escola que estou hoje. Ia cair bem numa semana de festival de dança que tinha lá. E, tinha um menino naquela sala, que ele era negro, de pele

mais clara, uma pele mais aproximada igual à minha. Além de tudo, ele era gordo, mas assim, um dançarino maravilhoso Elis. Coloquei ele na primeira fileira porque o palco é grande né, então a gente faz aquelas linhas intercaladas. Ele não ia ficar na frente de ninguém e ele arrasava na dança. Não tinha porque eu não colocar ele na primeira fileira. Ele era uma criança de infantil I, já fazia três anos que ele estava na escola.

*E quando acabou, no dia seguinte, a mãe dele veio me abraçar e me agradecer porque o filho dela nunca tinha sido escolhido em nenhuma apresentação escolar para ficar na frente. Ele já tinha ido à creche, na verdade, e ali na [ESCOLA 2] era o terceiro ano que ele estudava. Eu nunca comentei isso com ninguém, mas além da negritude ainda tem a gordofobia incluída no cenário, entendeu? Para as pessoas começarem a refletir sobre isso. **Quando penso nas apresentações escolares, que são muito aclamadas, principalmente na educação infantil, eu escolho o aluno negro? Onde os meus alunos negros estão? Como eles estão nessa apresentação? Acho assim, uma situação legal de você colocar (grifo da autora).***



Na sequência, traremos a narrativa da professora Keila, que disponibilizou seus relatos por meio de áudio, sob uma perspectiva profissional, sua prática como professora de Educação Física do ensino fundamental e a experiência anterior à docência em que exerceu a função de agente escolar.

Embora tenha pouco mais de cinco anos dedicados à docência através do componente curricular Educação Física, a professora Keila, aos 41 anos, traz para esta pesquisa, uma vasta experiência na militância negra, fruto dos muitos anos dedicados a coletivos negros.

Diferentemente da narrativas anterior, Keila desejou em sua contribuição para esta pesquisa quebrar o silêncio, questionar e propor reflexões a contingentes educacionais acerca de como essa equipe conduziria incidentes envolvendo racismo e injúria racial no ambiente escolar.

Autodeclarada preta, a participante busca por parte das equipes educacionais soluções que auxiliem as ações de enfrentamento ao racismo.



Narrativa Oral 2 | Áudio da professora Keila: uma coisa eu queria pontuar, é quando acontece mesmo os xingamentos e as ofensas racistas na escola. A gente tem visto isso aí na cidade de Rio Claro, aqui em Limeira aconteceu né! Qual é o tipo de intervenção ideal, que a equipe gestora deve fazer? Já vi aqui no meu ambiente escolar que é uma escola de ensino fundamental, coloca o aluno de castigo, fala que não pode e fica por isso mesmo, né? Mas a gente sabe muito bem que não é só uma intervenção, mas também um trabalho contínuo. De valorização da população negra, até para o próprio saber como se de-

fender, e o próprio ter uma escuta segura e também fazer denúncia (grifo da autora).

Eu queria pontuar nesse sentido. O quão preparados estão, a equipe docente, a equipe de gestores, funcionários quando se deparam com uma situação de ofensa e injúria racial no ambiente escolar. Qual é a intervenção que eles fazem? Não é? (grifo da autora).

O que a gente tem visto muito, é que os encaminhamentos são feitos por parte alguns alunos que tomam partido da situação, mas acho que deveria ser compromisso e missão, da escola. Acho que isso devia estar no PPP de todas as escolas. Não e mesmo? Não permitir esse tipo de comportamento e ter uma alternativa para coibir isso no ambiente escolar

Na sequência, a professora Angela apresenta seu relato por meio de narrativa oral, contando sua experiência de mais de 20 anos como docente da Educação Básica, sendo doutora em Educação Física.

Aos 49 anos, e mais de 20 anos dedicados à educação, a professora Angela abrange temáticas que envolvem a normalização da discriminação e o comportamento docente displicente e falta de preparo ao identificar e conduzir adequadamente ações que envolvam o preconceito racial.



Narrativa Oral 3 | Áudio da professora Angela: bom, a primeira memória que eu tenho assim, e é engraçado, porque eu lembro muito bem, forte ainda hoje quando eu penso o sentimento, a sensação. É uma memória de quando eu estava na pré-escola. No intervalo, sempre ou quando a professora fazia alguma coisa que tinha que dar as mãos, tinha uma criança que nunca me dava a mão. Ela tinha uma irmã até, mas ela não conseguia, não conseguia me dar a mão. Na época, assim. eu na pré-escola acho que não sabia bem o que

vinha na minha cabeça. Pensando o porquê dela não me dar a mão. Claro que aquilo já claro me incomodava, e assim, me deixava triste, mas, me lembro de um ano todinho ela não me dar a mão e só no último dia que ela resolveu brincar comigo e me dar a mão, e a gente brincou muito, muito, muito, muito, era como se ela descobrisse que, ah, tudo bem, que eu era como ela assim, sabe assim? Mas, era o último dia de aula!

Tenho essa lembrança forte, assim, dela um ano inteiro não me dar a mão, e no último dia ela brincar comigo. Mas aí agora, quando penso nisso, eu fico pensando: **não teve nenhum adulto, a professora ali para ver ou falar sobre essa situação que acontecia?** Imagino, não ser possível, que a professora não tenha notado que isso acontecia.

Sei que eu era uma criança muito quieta, então talvez não reclamasse como as crianças falam hoje: olha ela não quer me dar a mão. Aí a gente vai lá e falava alguma coisa. Acho que eu me silenciava, eu ficava na minha, não quer, tudo bem, outro me dava a mão. Mas imagino que não é possível que a professora em

um ano todo não percebesse, e nunca falou, né? Não falou do assunto, não falou por quê. Sabe? Então, hoje, eu fico questionando isso né? Não teve um adulto que teve essa percepção do que estava acontecendo ali com essas duas crianças. (grifo da autora).

A próxima narrativa, também de forma oral, mostra o relato da professora Júlia, de 34 anos, especializada em psicopedagogia e com aproximadamente 15 anos de experiência como docente na Educação Básica.



Narrativa Escrita 1 / Professora Júlia: acredito que seria interessante você perguntar coisas do tipo: “O estudante está folheando um livro de história quando vê a imagem de um homem negro sendo açoitado no tronco. O estudante se vira para o colega do lado e diz

entre risadas: olha você aqui apanhando de mim...”

Como educador, qual seria sua postura diante de uma situação como está?

Voltando do recreio, uma aluna entra na sala chorando porque foi ofendida pelas colegas de turma.

Ao serem questionadas (as agressoras) sobre suas falas, elas respondem de forma sarcástica: eu não a ofendi, só falei que ela era negra, porque ela é mesmo. Como você interferiria nesta situação?

Imagine que você educador está fazendo uma atividade sobre a Consciência Negra e começa a explicar sobre aspectos da cultura africana e afro-brasileira. Com muito entusiasmo um estudante se levanta e fala com muito orgulho: “Prô, eu sou macumbeiro”. Diante da fala, muitas crianças começam a rir e outras ficam apavoradas! E o adolescente macumbeiro fica sem graça e se senta esperando uma ação do professor(a). Como você prosseguirá a aula diante desta situação?

Como você, educador(a), tem se preparado e estudado a história e cultura negras para conseguir lidar com essas situações em sala de aula? (grifo da autora).

Na quinta e última narrativa, trazemos os relatos da professora Rosa, com mais de 20 anos de experiência na Educação Básica, inclusive sendo, além de docente, coordenadora pedagógica e supervisora de ensino.



Narrativa Escrita 2 / professora Rosa: não sei bem em que momento foi despertado em mim a necessidade, ou por que, não dizer a vontade de construir essas pequenas memórias. Talvez seja até para organizar fatos e acontecimentos e a partir daí rever minha trajetória no contexto educacional. Mas principalmente rever na memória “verdades” acerca das questões raciais existentes nos “bastidores” escolares (grifo da autora).

Pois bem, na verdade, quero aqui narrar acontecimentos que presenciei, sem nomear personagens, mas destacando os fatos. Fatos esses que algumas vezes, no início da carreira, me paralisaram. Ou por inexperiência, ou pela rapidez que aconteciam, sendo transformados e minimizados.

O primeiro deles e o mais doloroso foi quando iniciei na função de professora, digo função, pois era formada há alguns anos, mas não exercia. Aos vinte e tantos anos presenciei quando uma professora negra, não fazia uso da sala dos professores e preferia tomar seu lanche na cozinha.

A mesma não se sentia parte do grupo, que eram pessoas bem experientes e que a haviam apelidado de tia Anastácia, pela forma de se vestir (a mesma usava sempre um lenço amarrado na cabeça) e pela sua negritude. Como esse fato chegou até mim?

Pela própria professora quando perguntei por que não tomava café na sala dos professores. A princípio custei acreditar, pois eram professores... Três dias depois a professora abandonou a sala de aula e eu nunca mais a vi. Me sobrou a sensação de fracasso, ... fracasso esse por não ter conseguido ter reação e interferir quando precisava.

Em sala de aula foram inúmeras situações em que intervenções foram necessárias, mas as considero mais “fáceis” de lidar, entender, pois crianças são reflexo do que elas presenciam e acredito na intervenção educacional.

Nessa trajetória houve saldos positivos. Primeiro por que em sala de aula é possível sim fazer um trabalho diferenciado através da literatura. Já temos um material muito rico criado ao longo dos anos por vários autores.

Enquanto gestora, paralelamente exercia a presidência do conselho e foi possível fazer um levantamento literário, nas creches oferecer bonecas negras (houve orientação para que um trabalho fosse realizado/identidade), palestras, exposição, participação da Educação nos eventos do Conselho.

Tudo isso foi acontecer através do trabalho realizado juntamente com as diretoras. Mas fica ainda a visão de que professores de crianças pequenas (creches e Educação Infantil) e fundamental I (anos iniciais) não tem uma linha, um currículo.


A lei está “esperando” ser implementada. Esse trabalho fica a cargo da “boa vontade”, da “simpatia” pelo tema.

Em muitos planos de trabalho a lei é citada e colocada apenas como 20 de novembro. No fundamental I (anos finais) a Educação Étnico Raciais tem na disciplina de História o seu foco apresentando muitas indicações. Claro que novamente passa pelo olhar do educador, do gestor destrinchar esses conceitos.

Mas aqui apresento apenas algumas reminiscências dessa professora preta que ainda na ativa muito aprende, muito questiona. E acredita no empoderamento dessas professoras pretas para que fomentem nas salas dos professores, nas HTPCs questões para que não tenhamos mais que lidar com o peso de discriminações abertas ou veladas, mas ainda assim discriminações.

Síntese das narrativas

Ao encerrarmos as análises sob a perspectiva de reivindicar ações educativas de combate ao racismo, buscamos algumas pistas que possam nos ajudar a elucidar as nuances e desdobramentos da lei 10.0.639/03, que traça caminhos emancipatórios para



tornar visível tudo aquilo que um dia foi invisibilizado pelo eurocentrismo.

O mito da democracia racial enquanto mecanismo de não-reação, nos diz muito sobre essas nuances, principalmente por considerar plausível que experienciamos um estado de plena igualdade.

Segundo Pinheiro (2023), após o término da escravidão, o racismo continua a se nutrir da concepção social de raça e a se aprimorar com base na ideia de democracia racial no Brasil, que argumenta a inexistência de raças e a presença, sim, de um povo miscigenado que celebra constantemente essa mistura. Essa camuflagem do racismo dificulta ainda mais a percepção diária desse imenso problema social.

Se fosse possível materializar esse famigerado fenômeno, diríamos que se assemelha a neblina, que não impede totalmente o trajeto em uma estrada, mas intimida e nos obriga a reduzir a velocidade dos avanços.

Parte do que foi narrado pelas professoras participantes desta pesquisa carregava essa mesma

marca de resiliência crônica, que exaustivamente limitam as discussões acerca das relações étnico-raciais a identificar, ilustrar e exemplificar o racismo. Estabelecendo a concretude de sua objetificação, transformando-os em meras “máquinas” de detectar racismo.

Nesse sentido, Hooks (2017, p.66) sabiamente nos faz um alerta “[...] Não podemos entrar na luta como objetos para nos tornamos sujeitos mais tarde.”

Contudo, um ponto alto após vinte anos da sanção da lei 10.639/03, se dá na efetivação das políticas de ações afirmativas, como é caso das cotas raciais e o impacto positivo de ampliar e sofisticar os diálogos entorno das relações étnico-raciais nas universidades, já que essas ações favoreciam pelo menos o seu ingresso.

Ao resgatarmos alguns momentos narrados pelas professoras participantes da pesquisa, foi possível observar nessas duas décadas de desdobramentos da lei, uma dinâmica de “passos lentos”, mas sem intenção de retroceder. Os caminhos percorridos por Angela e Rosa apresentaram certa nebulosidade no enfrentamento ao racismo, já que a energia destinada a combatê-lo nos anos 80 e 90, resumia-se basicamente

no convencimento de sua existência.

As narrativas das professoras Marina, Keila e Júlia, já inseridas e contextualizadas no pós-lei, conseguiram encurtar alguns caminhos e avançar as discussões para o campo das estratégias e ações. Afinal de contas, a lei 10.639/03, segundo Pinheiro (2023), é um instrumento poderoso, especialmente para reduzir o esgotamento energético da militância.

No âmbito das ações, Pinheiro (2023) faz um alerta sobre os cuidados de não resumir a prática docente antirracista meramente a uma obrigatoriedade legal. O trato com a cultura africana e afro-brasileira deve inclinar-se à consciência de reparação histórica e não somente ao cumprimento mecânico da lei. No entanto, a legalidade da lei permite que quando a consciência falha, a obrigatoriedade legal entra em ação.


Diante do exposto, daremos continuidade as discussões dos saberes sob a perspectiva do Movimento Negro Educador*.

* Representado por seus ideais, o movimento não se caracteriza por uma instituição ou coletivo negro em específico, são ações que contemplam saberes emancipatórios capazes de reduzir distâncias sociais, como por exemplo, o analfabetismo. Foram estruturados na luta por emancipação histórica que marca a trajetória das populações negras desde a chegada da primeira pessoa negra neste país.

O Movimento negro educador

Entendido como sujeito político, o movimento negro contemporâneo se apresenta para a sociedade e para a educação como um produtor de saberes emancipatórios. Segundo Gomes (2017), esses saberes mediados e protagonizados pelo movimento negro, não são absorvidos e muitas vezes desperdiçados pela escola e pela sociedade. Eles identificam algumas dificuldades na produção e desenvolvimento de teorias críticas da educação, mesmo em meio a tantas críticas direcionadas à educação brasileira formal e não formal.

O desinteresse da escola e da sociedade para com esses saberes, sugerem algumas reflexões em torno das subjetividades conformistas contidas nos currículos das instituições de ensino superior e na educação básica. Em contraponto, o movimento ne-



gro como agente social, político e educador, protagoniza subjetividades inconformistas e rebeldes acerca de perspectivas educacionais emancipatórias.

Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (GOMES, 2017, p. 16).

Nesse processo, buscando novas perspectivas educacionais, destaca-se uma manifestação nomeada pedagogia das ausências que “[...] consiste em um posicionamento de vigilância epistemológica no que se refere no campo da produção de conhecimento educacional” (GOMES, 2017, p. 63), trazendo relevância às reflexões entre o conhecimento e o saber, transpassando fases de denúncia, cobrança, mediação do Estado e a elaboração de políticas públicas de igualdade racial.

Ao refletirmos os saberes produzidos pela comunidade negra e pelo movimento negro, de forma articulada, Gomes (2017) destaca três saberes, de modo a direcionar diálogos sobre as especificidades da sociedade brasileira que é racista e excludente. São eles: os saberes identitários, os saberes políticos e os saberes estético-corpóreos.

O saber identitário faz um resgate ao debate sobre a raça no Brasil, assim como a institucionalização das categorias de cores nos censos do IBGE, a autodeclaração racial, a abundância de materiais específicos da negritude ocupando as redes sociais, abordando e visibilizando questões acerca da raça e da identidade negra. Segundo Gomes (2017, p. 70), “[...] discussões como apropriação cultural, colorismo, racismo, ações afirmativas, são realizadas na vida on-line e off-line de maneira crítica, política e posicionada pelos sujeitos negros”, questões importantes para o entendimento do saber identitário. Ainda, veiculação de experiências, denúncias ou, até mesmo, o compartilhar de dicas e

cuidados específicos para a pele negra e o cabelo crespo são abordadas perante o contexto deste saber.

Os saberes políticos, assim como o identitário, resgata o debate ressignificado da raça, a fim de tentar superar as desigualdades por meio de políticas públicas. Atendendo a esses mesmos critérios, Gomes (2017) cita alguns resultados e avanços nas discussões de combate ao racismo: o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/10), a Lei de Cotas Sociorraciais nas Instituições Federais de Ensino Superior (Lei 12.711/12) e a Lei de Cotas nos Concursos Públicos Federais (Lei 12.990/14).

Os saberes estético-corpóreos abordam aspectos sobre a estética negra que buscam meios de se reduzir e superar o olhar exótico voltado para o corpo negro. Cabe destacar que o olhar sobre esse corpo negro frequentemente sofre interferências das ações afirmativas, havendo evoluções sociais no modo em que negros e negras enxergam a própria corporeidade, podendo interferir também nos olha-

res da sociedade como um todo. Esses saberes integrantes “[...] afirmam a presença da ancestralidade negra e africana inscrita nos corpos negros como motivo de orgulho, com empoderamento ancestral. Recolocam a negra e o negro no lugar da estética e da beleza” (GOMES, 2017, p. 80).


Pensando o saber e a educação para as relações étnico-raciais, fruto das reivindicações do movimento negro que se arrastam desde os anos de 1980, foi sancionada a lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos ensinos Fundamental e Médio. Posteriormente, regulamentada pelo parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) aprovado em 10 de março de 2004.

§1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto ao seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, ter igualmente respeitados seus direitos, valorizada sua identidade e assim participem da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2004, p. 20).

Esta política curricular tem em vista dar suporte a administradores de sistemas de ensino, a dirigentes de ensino, seus professores e envolvidos nesse processo educacional, no que diz respeito a ações positivas envolvendo respostas às demandas das relações étnico-raciais, incluindo as famílias e os próprios estudantes. No entanto, ao desenvolver esses saberes inerentes a esta política, o improvisado não deve fazer parte dessas medidas para ser possível anular o pensamento racista e discriminatório.

Daí a necessidade de insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico racial, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las (BRASIL, 2004, p. 8).


Nesse cenário, antecedendo os processos de democratização do ensino, e pensando as fragilidades dessa estrutura educacional e a pouca familiaridade da função social do trabalho docente, é possível observar que



Retomar e compreender a função social da escola pública no Brasil, bem como o papel do professor e o sentido de sua tarefa em sala de aula, constituem aspectos importantes, essenciais e necessários para se pensar os desafios da escola pública brasileira, de modo que ela possa se tornar realmente uma escola democrática, exigente e de qualidade para todas as crianças e adolescentes. (Leite, 2011, p. 27).

Portanto, pesando o ambiente escolar, as relações étnico-raciais e algumas contribuições de Paro (2012), é possível entender que alguns caminhos buscam a educação como prática pedagógica democrática e formadora de personalidade humano-histórica, educação esta que necessita de uma organização estrutural da escola, sobretudo em relação ao trabalho docente.

Para haver desenvolvimento desse processo, se faz necessária uma conexão entre educador e educando, sendo impossível não associá-la às práticas antirracistas e suas particularidades. Nesse contexto, observa-se que, na prática, boa parte dos professores que atuam na rede pública não demonstram compreender seu papel social e sua real importância na

The header features a row of colorful cartoon panels. From left to right, they include: a panel with the text 'TRONCO! HA-HA-HA!'; a panel with a clock and the text 'esse'; a panel with a person's legs and the text 'edei'; a panel with a tree; a panel with a question mark; and a panel with the text 'AQUI É "BOMBRII"?'.

sociedade, o que nos leva a hipotetizar que, se estamos longe de um processo educacional para uma formação social, estamos aquém de qualquer processo educacional antirracista.

O professor, entretanto, pela natureza do trabalho que exerce e pelos fins a que serve a educação, precisa avançar mais, atingindo um nível de consciência e de prática política que contemplem sua articulação com os interesses dos usuários e de seus serviços (PARO, 1993, p. 105).

Pelo exposto, considera-se fundamental que os docentes se apropriem das questões que envolvem as relações étnico-raciais, uma oportunidade de olharmos de forma mais sensível, atenta e fundamentada a educação com o intuito de trazer mais segurança para esse docente desenvolver a temática em sala de aula, podendo reconhecer a importância social das prerrogativas previstas pela lei 10.639/03.

Considerações finais

Acessando as narrativas generosamente disponibilizadas para a pesquisa, observa-se que os padrões nos discursos, quase que unanimemente, buscavam ações que rompem o silêncio.


Denúncias acerca de violências sofridas e orquestradas pela discriminação racial e pelo racismo foram os principais recursos utilizados pelas participantes. Outro ponto bastante sinalizado é a urgência de mudanças estruturais da sociedade civil e da branquitude. Mudanças estas observadas nas ações afirmativas e políticas públicas.

Indubitavelmente, essas denúncias e inquietudes trazidas por parte das professoras negras participantes, justificou, norteou e influenciou esse trabalho, assim como todo o caminhar do projeto de pesquisa, levando a ideais que vão além da revolta. Por essa razão, resgatou-se ações positivas de âmbito institucional que, mesmo não intituladas

antirracistas, empoderaram, valorizaram e possibilitaram a sobrevivência do negro. Sobrevivência essa, diariamente violada pelo brutal e desigual sistema ao qual estamos inseridos enquanto sociedade, o capitalismo.

Pelo exposto, observa-se que a democracia, um dos pilares dessas ações positivas enquanto instrumento de luta da classe trabalhadora e das populações marginalizadas, contribuiu para que políticas públicas, mesmo sem mudanças estruturais extraordinárias, permitissem que essas pessoas ficassem vivas. E vivas, pudessem pensar e pensando, pudessem transformar suas realidades.

A exemplo disso, podemos observar dados acerca da mortalidade infantil, que no desenvolver do período de promulgação da constituição de 1988, chegou a marca de cinquenta mortos a cada mil nascidos vivos, e hoje o indicador é de aproximadamente doze mortos. Milhares de crianças, de classes mais empobrecidas, na sua maioria negras, não morreram por conta de políticas públicas.



Nessa logística, ao sobreviver, essa pessoa negra poderá concluir seus estudos e, finalmente, abandonar as condições de subalternidade e irrelevância a qual lhe fora atribuído historicamente. Permitir que vivamos se torna o primeiro dos muitos passos para verdadeiras ações antirracistas.

Falando em estudos, em janeiro de 2023 a lei 10.639/03 completou 20 anos de sua promulgação. Duas décadas de avanços sutis e simbólicos, principalmente no que se diz respeito a aspectos conceituais e formativos da lei.

Tendo em vista o quão insatisfatório os currículos escolares interagem com a cultura e história africana e afro-brasileira, fica evidente a complexidade de se atingir efetivos rompimentos a esse sistema discriminatório e danoso apontados e combatidos pela lei e pela concretude das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais, algo também enfatizado pelas ações de resistência do movimento negro.

“Não têm mais volta”. Ao explorar os desdobramen-

tos da lei 10.639/03, sinalizou-se o desejo de buscar pistas que permitissem visualizar, com clareza, possíveis passos traçados pela educação para as relações étnico-raciais tal como os das ações antirracistas. Importante salientar que essas pistas podem ter sofrido algum tipo de influência das ações e políticas públicas voltadas para as relações étnico-raciais. Nesse sentido, observa-se que os desdobramentos positivos da lei 10.39/03 se dão, principalmente, pelo empoderamento do negro, por mecanismos que acessam sua história e sua ancestralidade enquanto pessoa negra.

Os desdobramentos sugerem análises relacionadas à temporalidade dos fatos em consonância com a lei. Mesmo que não diretamente ligado ao contexto escolar, uma nova pista se reporta a pequenos recortes da trajetória profissional do jovem atleta brasileiro Vinícius José Paixão de Oliveira Junior, hoje um dos principais jogadores do Real Madrid da Espanha e cotado como um dos melhores jogadores do mundo.

Sim, Vini. Recorro a esse seu apelido repleto de carinho e proximidade. Cheio de “Ubuntu”, como se fizéssemos parte da mesma família, afinal, nossas identidades nos tornaram família. Suas vitórias são nossas, assim como suas lágrimas. Duas décadas de uma lei que resgata o poder do negro, duas décadas de Vini(s). “Não têm mais volta”.

Esses sentimentos florescem a cada livro, candidatura, diploma, medalha ou condição de prestígio em que um negro é inserido. E quando a personagem da trama é uma mulher preta o sentimento é ainda mais intenso e reparador.


O interessante desta pesquisa em trazer narrativas de pessoas negras, enquanto pessoa negra, parte justamente da capacidade de sentir o outro. Como se fosse possível enxergar-se no outro. Tudo inerente a invisibilidade social do negro que ainda impera.

Tantas subjetividades, tanto as mais singelas quanto as mais potentes, levam ao despertar de sentimentos semelhantes, sem a pretensão de mudar o mundo.

“Vini Junior”, como é popularmente conhecido, aos 22 anos, coleciona habilidades que vão para além do futebol internacional.

Em meio a inúmeros ataques racistas sofridos na Europa, o menino de São Gonçalo/RJ, tem alcançado holofotes ao enfrentar o racismo de forma empoderada e clara, consequência da sofisticação de seu letramento racial.

Tendo em vista que Vinícius não é o único jogador negro da equipe espanhola, mas sim, um dos poucos que se posicionam, fica evidente a importância do seu empoderamento racial, ainda mais se associarmos sua idade a maturidade no trato as questões relacionadas ao racismo. Sua existência põe em risco estruturas que atribuem ao negro apenas condições de subserviências e passividade. Quanto aos episódios truculentos de racismo sofridos pelo atleta em campo, vejo uma branquitude canalha, histérica e temerosa em ver um homem preto retinto, alegre, que não se curva aos caprichos da mesma. Obrigada, Vini.



Cada sentimento extraídos dessas pessoas negras transformava-se em aceitação, como se nossos sentimentos se conectassem e se convergissem. Trajetórias que codificam sentimentos de pertencimento e luta.


Embora o produto interaja com subjetividades, com diversidades etárias, geográficas e culturais de seus atores, o sentir-se negro acaba por nos unificar. O subjetivo nos define como seres únicos, mas a trajetória da pessoa negra segue firme em caminhos pouco particulares.

A experiência e exercício de romper o silêncio das professoras negras participantes deste estudo produziram, quase que em sua maioria, dolorosos relatos e experiências acerca do racismo e, sobretudo, a construção sócio-histórica da desimportância existencial atribuída a esses corpos.

Com um olhar curioso e muito otimista, finalizo esta pesquisa com um “gostinho de quero mais” e muita vontade de ver por detrás dessa porta semiaberta.

Mais do que resilientes, descendemos de reis e rainhas, somos umas das primeiras civilizações da terra. Uma África muito distante da narrativa colonial da fome, epidemia, miséria e mazelas, resgatando parte potente de feitos de pessoas não brancas ao longo do tempo. Depara-se com invenções e artefatos africanos como o osso de Lebombo datado 35000 anos a.C., um dos primeiros sistemas de contagem, ou próteses ortopédicas encontradas em múmias em escavações do Egito entre 950 a 710 a.C. Outro exemplo da potência de nossa ancestralidade afrocentrada, está no cálculo de aterrissagem da nave Apollo 11 na lua, realizado pela estadunidense Katharine Johnson na década de 60, cientista espacial negra da NASA. Por fim, em 2020, com o devastador cenário pandêmico da covid-19, o nigeriano Dr. Onyema Ogbuagu liderou pesquisas da Pfizer para uma então vacina contra a COVID-19 com eficácia próxima a 95% (PINHEIRO, 2021).

Embebidos de entusiasmo, nos despedimos do leitor



acreditando que muito estar por vir acerca do desenvolvimento da temática da educação para as relações étnico-raciais e da educação antirracista.

Quem sabe em uma próxima pesquisa não encontramos frestas abertas deixadas pelo saber docente negro, para que possamos mergulhar ainda mais no resgate a alegria, a potência da nossa trajetória ancestral, palco de saberes preciosos, amalgamados e muito resilientes.

Com alegria e saudosismo nos despedimos, embebidos de sonhos, orgulho e sentimentos empoderadores. Ubuntu: “eu sou porque nós somos” e como diz um dos contos de Conceição Evaristo (2016) em Olhos D’água: combinaram de nos matar e “a gente combinamos de não morrer”.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução CNE/CP n.º 1, de 22 de junho de 2004. Brasília, Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

EVARISTO, Conceição. **Olhos D'água**. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação.** São Paulo: Elefante, 2019.

LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. **O lugar das práticas pedagógicas na formação inicial de professores.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109193/ISBN9788579832178.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 nov. 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africana.** São Paulo: Perspectiva, 2019.

PARO, Vitor Henrique. A natureza do trabalho pedagógico. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 103-109, jan./jun. 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33515>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PARO, Vitor Henrique. Trabalho docente na escola fundamental: questões candentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 146, p. 586-611, ago. 2012. ISSN 0100-1574. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/trabalhodocentenaescolafundamentalquestoescandentes.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

_____. **História preta das coisas: 50 invenções científico-tecnológicas de pessoas negras**. São Paulo: Livraria da Física, 2021.

SOUSA, Cláudio Aparecido de. Educação Física escolar e justiça social: um diálogo com Paulo Freire e Frantz Fanon. IN: SOUZA, Cláudio Aparecido de; NOGUEIRA, Valdilene Aline; MALDONADO, Daniel Teixeira (orgs). **Educação Física escolar e Paulo Freire: ações e reflexões em tempo de chumbo**. Curitiba: Editora CRV, 2019.